



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 8 Outros créditos - Diversos

	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - Impostos e contribuições (Nota 11)	-	72	-	431
Imposto de renda a compensar	5.327	1.380	1.378	1.331
Depósitos judiciais (Nota 10c)	-	31.517	-	29.337
Diversos	-	-	-	1.560
<b>Total</b>	<b>5.327</b>	<b>32.969</b>	<b>1.378</b>	<b>32.659</b>

### 9 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	10.156	-	7.379	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais (*)	-	-	-	20.730
<b>Total</b>	<b>10.156</b>	<b>-</b>	<b>7.379</b>	<b>20.730</b>

(\*) Em 2017, os valores de provisões fiscais, foram reclassificados por orientação de Banco Central, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras Obrigações diversas - Provisão para contingências, conforme demonstrado na nota 14c.

Em 2016 a provisão para riscos fiscais provisão para riscos fiscais é representada basicamente por obrigações legais de natureza tributária relacionadas a imposto de renda e contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas e depositadas judicialmente pelo valor integral em discussão.

O principal processo refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, (R\$ 15.488 em 2016). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, pendente de julgamento. E processos de PIS e Cofins contingencial (R\$ 4.629 em 2016).

### 10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

**a) Ativos contingentes:** nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

**b) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Corretora possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 38.898 (R\$ 33.059 em 2016). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, pendente de julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de CPMF, em virtude de suposta falta de pagamento do tributo (R\$ 9.136 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial. Caso foi encerrado na esfera judicial com vitória da ING CCT.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de *Hedge* do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.509 (R\$ 5.106 em 2016). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 7.985 (R\$ 7.392 em 2016).

**c) Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 16.529 (R\$ 15.488 em 2016), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.509 (R\$ 5.106 em 2016), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.666 (R\$ 2.445 em 2016), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.546 (R\$ 2.316 em 2016) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 3.996 (R\$ 3.664 em 2016). O saldo remanescente de R\$ 271 (R\$ 317 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

### 11 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Corretora constituiu créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 72 (R\$ 432 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas nos semestres findos em 30 de junho de 2017 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos				
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Outras provisões temporárias	217	-	(145)	72
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>(145)</b>	<b>72</b>

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2017 está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	
Ano calendário 2021	72
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>72</b>

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 51 (R\$ 321 em 2016), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Corrente</b>				
Resultado antes dos impostos ajustado	22.612	22.612	16.658	16.658
Adições (exclusões) temporárias	(168)	(168)	(404)	(404)
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósitos judiciais	(365)	(365)	(408)	(408)
Ajuste de MTM sobre títulos públicos	5	5	-	-
Outras adições	192	192	4	4
Adições (exclusões) permanentes	(83)	(83)	(151)	(151)
Exclusão sobre dividendos	(107)	(107)	(184)	(184)
Adições indedutíveis diversas	24	24	33	33
<b>Base tributável</b>	<b>22.361</b>	<b>22.361</b>	<b>16.103</b>	<b>16.103</b>
Imposto de renda/ contribuição social (aliquota 15% IR e 20% CS)	(3.354)	(4.472)	(2.415)	(3.221)
Adicional de imposto de renda (aliquota de 10%)	(2.224)	-	(1.598)	-
Imposto de renda e contribuição social	(5.578)	(4.472)	(4.013)	(3.221)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-
Provisões não dedutíveis temporariamente	(168)	(168)	(404)	(404)
Base tributável diferida	(168)	(168)	(404)	(404)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(90)	(54)	(101)	(81)

### 12 Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos correspondentes nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 estão demonstrados como segue:

	2017	2016
<b>Ativo e (passivo)</b>		
Depósitos bancários	1	-
Aplicações em operações compromissadas	8.905	735
Aplicações em depósitos interfinanceiros	262.608	259.575
<b>Receitas e (despesas)</b>		
Rendas de aplicações em operações compromissadas	185	71
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	14.406	16.634
Outras despesas administrativas	(157)	(157)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo em condições e taxas de mercado vigentes na data, conforme Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

### 13 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 152.872 e está representado por 86.256.718 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 43.128.359 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 20.417 relativo ao exercício de 2016, cuja remessa foi efetuada em 30 de janeiro de 2017.

### 14 Informações adicionais

**a)** A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2017, o valor do índice de Basileia era de 28% (21,9% em 2016).

**b)** Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

**c)** Outras obrigações diversas referem-se a provisão para contingências fiscais no valor de R\$ 22.186 (R\$ 20.730 em 2016). Tal provisão é representada basicamente por obrigações legais de natureza tributária relacionadas a imposto de renda e contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas e depositadas judicialmente pelo valor integral em discussão. O principal processo refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre a alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 16.529 (R\$ 15.488 em 2016).

**d)** Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R\$ 23 (R\$ 23 em 2016), despesas de comunicações R\$ 32 (R\$ 59 em 2016), despesas com processamento de dados R\$ 21 (R\$ 24 em 2016), despesas com publicações oficiais R\$ 45 (R\$ 15 em 2016), despesas com serviços de terceiros R\$ 337 (R\$ 23 em 2016) e outras despesas administrativas no montante de R\$ 233 (R\$ 239 em 2016).

**e)** Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 1.131 (R\$ 1.173 em 2016), dividendos R\$ 107 (R\$ 184 em 2016) e outras receitas operacionais no montante de R\$ 78 (R\$ 107 em 2016).

**f)** Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R\$ 682 (R\$ 765 em 2016).

**g)** Resultado não operacional, no montante de R\$ 8.812, refere-se ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e Cetip (B3 Brasil Bolsa Balcão).

## A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da  
 ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.  
 São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com

base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes  
 CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia  
 Contadora CRC 1SP198502/O-8